

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE  
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA  
PARQUE TEMÁTICO PLAYCENTER S.A.**

Pelo presente instrumento particular, (i) **PARQUE TEMÁTICO PLAYCENTER S.A.**, companhia aberta, com sede na Rua Caiubi, nº 181, sala 3, térreo, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no C.G.C. sob o nº 00924432/0001-99, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada **EMISSORA**; (ii) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA**, inscrita no CGC/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Av. das Américas nº 1.155, grupo 1.301, Barra da Tijuca, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, doravante denominada **AGENTE FIDUCIÁRIO**, vêm celebrar a presente escritura de 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, mediante as seguintes cláusulas, condições e características:

### **I - DA AUTORIZAÇÃO**

A presente escritura é celebrada com base na autorização deliberada pela Assembléia Geral Extraordinária da **EMISSORA** realizada em 04 de fevereiro de 1997, cuja Ata será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, e publicada na forma estabelecida no item 14 da Cláusula III.

### **II - DOS REQUISITOS DE ARQUIVAMENTO E REGISTRO**

#### **1. REGISTRO DA ESCRITURA**

A presente escritura de emissão será registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

#### **2. REGISTRO DA EMISSÃO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**

A emissão de debêntures será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante designada CVM, na forma das Leis nº 6385, de 07/12/1976 e nº 6404, de 15/12/1976, e demais disposições legais e regulamentares que se fizerem pertinentes.

### **III - DA EMISSÃO**

A emissão de debêntures observará as seguintes características:

#### **1) MONTANTE DA EMISSÃO**

A emissão será de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), na data da emissão.

#### **2) QUANTIDADE DE TÍTULOS E VALOR NOMINAL UNITÁRIO**

Serão emitidas 60.000 (sessenta mil) debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), na data da sua emissão,

#### **3) SÉRIES**

A emissão será realizada em 4 (quatro) séries, sendo distribuídas da seguinte maneira:

Série	Quantidade de debêntures	Volume da série (R\$)	%
1ª	21.000	21.000.000,00	35%
2ª	21.000	21.000.000,00	35%
3ª	12.000	12.000.000,00	20%
4ª	6.000	6.000.000,00	10%
TOTAL	60.000	60.000.000,00	100%

#### 4) DATA DE EMISSÃO

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures de todas as séries será o dia 01 de julho de 1996.

#### 5) DATA DE VENCIMENTO

As debêntures de todas as séries vencerão no último dia do 73º (septuagésimo terceiro) mês, a contar da data de "Início de Operação do Empreendimento", data de pagamento dos Juros Remuneratórios e Prêmio referentes ao período de 01/01/2004 até o último dia do 72º (septuagésimo segundo) mês, a contar da data de "Início de Operação do Empreendimento". No caso de o último dia do 72º (septuagésimo segundo) mês, a contar da data de "Início de Operação do Empreendimento", ocorrer após 31/10/2004, o vencimento será no dia 30/11/2004, data de pagamento dos Juros Remuneratórios e Prêmio do período de 01/01/2004 a 31/10/2004, conforme definidos nos itens 9 e 10 desta Cláusula.

Entende-se como data de "Início de Operação do Empreendimento" o momento em que a **EMISSORA** entre em atividade operacional e que, portanto, realize Receitas Operacionais.

#### 6) FORMA E CONVERSIBILIDADE

As debêntures serão escriturais e não conversíveis em ações.

#### 7) ESPÉCIE E GARANTIA

As debêntures de todas as séries serão da espécie subordinada.

#### 8) ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

O valor nominal das debêntures da presente emissão será atualizado monetariamente a partir da data de emissão e até a data de integralização de cada série, de acordo com a variação acumulada do INCC - Índice Nacional da Construção Civil, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. Após a data de integralização de cada série, e até o vencimento das mesmas, o valor nominal das debêntures será atualizado pela variação acumulada do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado e divulgado pelo IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

8.1. Na hipótese de extinção dos referidos indexadores ou, se pela superveniência de normas legais ou regulamentares, estes não mais puderem ser utilizados como índices de reajuste na emissão de debêntures ou, ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicação, adotar-se-á em seu lugar outro que melhor represente a perda do valor da moeda nacional no tempo, aprovado em Assembleia Geral de Debenturistas, que será convocada em tempo hábil, observado o disposto na legislação em vigor;

**8.2.** Na hipótese de atraso na divulgação do INPC ou INCC, no caso da integralização, ou ainda, em caso de indisponibilidade em eventos, tais como, aquisição facultativa, vencimento antecipado das debêntures ou, ainda, no pagamento dos juros remuneratórios, o valor a ser pago será calculado com base no último INPC ou INCC disponível, calculado de forma "pro rata temporis", conforme o caso, por dias decorridos.

**8.3.** Na hipótese de não divulgação do INPC ou no caso de sua indisponibilidade por prazo superior a 30 (trinta) dias, será utilizado o último índice divulgado, não cabendo, quando da divulgação do índice original, qualquer reembolso, tanto por parte dos debenturistas, quanto por parte da EMISSORA, passando, a partir da sua divulgação a ser novamente utilizado como índice de remuneração das debêntures.

## **9) JUROS REMUNERATÓRIOS**

A partir da data de integralização de cada uma das séries e até o último dia do 72º (septuagésimo segundo) mês a contar da data de "Início de Operação do Empreendimento", ou até 31/10/2004, o que primeiro ocorrer, as debêntures de todas as séries farão jus a juros remuneratórios de 12,0 % a.a. (doze por cento ao ano), calculados "pro-rata temporis" sobre o valor nominal atualizado, conforme disposto no item 8 acima. Os juros apurados até a data de "Início de Operação do Empreendimento" ou até 01 de outubro de 1998, o que primeiro ocorrer, serão agregados ao valor nominal nessa data, sendo pagos quando do resgate das debêntures. Os juros apurados a partir da data de "Início de Operação do Empreendimento" ou a partir de 01 de outubro de 1998, o que primeiro ocorrer, serão devidos anualmente e serão pagos no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada Exercício Social da EMISSORA. Os juros apurados no período entre 01/01/2004 e o último dia do 72º (septuagésimo segundo) mês a contar da data de "Início de Operação do Empreendimento", ou até 31/10/2004, o que primeiro ocorrer, serão pagos no último dia do 73º (septuagésimo terceiro) mês a contar da data de "Início de Operação do Empreendimento", ou em 30/11/2004, o que primeiro ocorrer.

O cálculo dos juros remuneratórios será efetuado de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNA \times (1,12)^{\frac{(d/360)}{}} - VNA$$

onde:

**J** = Valor de Juros Remuneratórios conferido às debêntures.

**d** = número de dias decorridos dos "Períodos de Apuração dos Juros". O primeiro "Período" inicia-se na data de integralização das debêntures e termina na data de "Início de Operação do Empreendimento" ou em 01/10/98, o que primeiro ocorrer; O segundo "Período" inicia-se na data de "Início de Operação do Empreendimento" ou em 01/10/98, o que primeiro ocorrer, e termina na data do efetivo pagamento dos Juros referente ao encerramento do exercício social de 1998; Os demais "Períodos" iniciam-se na data do último pagamento de Juros e terminam na data do efetivo pagamento dos Juros.

**VNA** = Valor Nominal da debênture, atualizado na forma do item 8 acima;

## 10) PRÊMIO

A partir da data de "Início de Operação do Empreendimento" as debêntures farão jus a um prêmio equivalente à diferença positiva, se houver, entre o valor de 36,0 % (trinta e seis por cento) do resultado da empresa antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social, apurado no encerramento do exercício, conforme demonstrações financeiras elaboradas em correção monetária integral, e o valor dos Juros Remuneratórios devidos, pagos na mesma data de pagamento dos Juros, conforme definido no item 9 desta Cláusula, podendo haver antecipações semestrais, a critério do Conselho de Administração.

O cálculo do Prêmio será efetuado de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = \left[ \left( \frac{0,36 \times R}{n} \right) - VNA \times \left( 1,12^{\frac{d}{360}} - 1 \right) \right]$$

P = Valor do Prêmio atribuído a cada debênture em circulação, se positivo;

R = Resultado da **EMISSORA** antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social, apurado no encerramento do exercício, conforme demonstrações financeiras elaboradas em correção monetária integral;

n = Quantidade de debêntures em circulação na data de encerramento do exercício social.

## 11) CONDIÇÕES DE COLOCAÇÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO

As debêntures de todas as séries serão subscritas em data única, e a integralização das mesmas ocorrerá nas seguintes datas, conforme o quadro a seguir:

SÉRIE	DATA DE INTEGRALIZAÇÃO
1ª	No ato da subscrição
2ª	01/04/97
3ª	01/07/97
4ª	01/10/97

O preço de integralização a ser pago pelos subscritores, na data de integralização será o valor nominal da debênture atualizado, conforme definido no item 8 desta Cláusula.

A não integralização das debêntures nas respectivas datas, sujeitará o subscritor a multa de 10,0 % (dez por cento) do montante devido, além de juros de mora de 1,0 (um por cento) ao mês.

O subscritor que não integralizar as debêntures nas condições estabelecidas nesta Escritura, ficará de pleno direito constituído em mora, podendo a **EMISSORA** a sua escolha (i) promover contra o subscritor processo de execução para cobrar as

importâncias devidas, servindo o Boletim de Subscrição como título extrajudicial, nos termos do Código de Processo Civil ou (ii) vender as debêntures a terceiros mediante notificação com 10 (dez) dias de antecedência. A **EMISSORA** poderá também promover a ação Judicial se as debêntures oferecidas a terceiros não encontrarem tomador ou se o preço apurado não bastar para pagar os débitos do subscritor

Se optar pela venda de tais debêntures a terceiros, a **EMISSORA** dará prioridade aos demais subscritores na sua aquisição, na proporção relativa de sua participação na respectiva série. Os critérios de colocação no mercado serão livremente estabelecidos pela **EMISSORA**, que os dará a conhecer, de maneira ampla, aos titulares das debêntures e a terceiros investidores.

## **12) PROCEDIMENTO DA DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA**

Será adotado o procedimento diferenciado para a distribuição das debêntures no mercado, referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80, de modo que as Instituições participantes da presente emissão efetuarão a colocação de seus respectivos lotes, mediante atendimento a seus clientes, preferencialmente, inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos.

## **13) NEGOCIAÇÃO**

A emissão será registrada para negociação no mercado secundário, através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 56/88;

## **14) PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA**

Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam o interesse dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados, na forma de avisos, nos jornais "O DIA" - Estado de São Paulo, e Diário Oficial do Estado de São Paulo, em prazos tais que permitam aos debenturistas o adequado acompanhamento das ocorrências na vida da debênture.

## **15) AQUISIÇÃO FACULTATIVA**

A **EMISSORA** poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado, debêntures em circulação, por preço não superior ao de seu valor nominal atualizado, acrescido de juros remuneratórios, e prêmio, se houver, conforme definido nesta escritura. As debêntures, objeto deste procedimento, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da **EMISSORA**, ou ser novamente colocadas no mercado.

## **16) LOCAL DE PAGAMENTO**

Os pagamentos referentes ao principal e rendimentos, a que fazem jus as debêntures desta emissão, serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, ou na sede da **EMISSORA**, ou em estabelecimento bancário contratado para este fim, na hipótese de o debenturista não estar vinculado a este sistema.

## **17) PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS**

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com o dia em que não

houver expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

## **18) JUROS DE MORA**

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1,0 % (hum por cento) ao mês, além dos juros remuneratórios e prêmios, se houver, tal como estabelecido neste instrumento, calculados desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

## **19) DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS**

Sem prejuízo do disposto no item 18 anterior, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta escritura de emissão, não lhe dará o direito ao recebimento de juros ou prêmio, se houver, no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

## **20) VENCIMENTO ANTECIPADO**

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento pela **EMISSORA** do valor nominal, acrescido de juros e prêmio, este se houver, das debêntures em circulação, calculados exponencialmente por dias decorridos mediante carta protocolada com 10 (dez) dias de antecedência, na ocorrência dos seguintes eventos:

- a) Protesto legítimo e reiterado de títulos contra a **EMISSORA**;
- b) Pedido de concordata preventiva formulado pela **EMISSORA**;
- c) Decretação de falência da **EMISSORA**;
- d) Falta de cumprimento pela **EMISSORA** de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, não sanada em 15 (quinze) dias, contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- e) Vencimento antecipado de qualquer dívida da **EMISSORA**, em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da **EMISSORA**, prevista nesta escritura.

## **IV - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

A **EMISSORA** está adicionalmente obrigada a: —

### **1) Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:**

- 1.1) dentro de no máximo 30 (trinta) dias após o término de cada exercício social, demonstrativos financeiros completos, relativos a esse exercício social;
- 1.2) dentro de no máximo 30 (trinta) dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de seus demonstrativos financeiros, relativos a esse semestre social;

- 1.3) imediatamente, qualquer informação disponível que lhe venha a ser solicitada;
  - 1.4) as informações pertinentes à Instrução CVM nº 202/93, com a mesma periodicidade do envio destas informações à CVM.
- 2) Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.
  - 3) Manter sempre atualizado o registro de Companhia Aberta na CVM, e fornecer aos debenturistas, ao menos semestralmente, as Demonstrações Financeiras previstas no art. 176 da Lei nº 6.404/76.
  - 4) Manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar Instituições Financeiras autorizadas para que preste este serviço.

## VI - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A **EMISSORA** constitui e nomeia **AGENTE FIDUCIÁRIO** da emissão objeto desta escritura, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA**, retro qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente escritura, representar perante a **EMISSORA** a comunhão dos titulares das debêntures.

### 1. Declaração

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** dos debenturistas, nomeado na presente escritura, declara:

- a) Sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei no. 6.404, de 15.12.76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28 de 23.11.83, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) Aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta escritura;
- c) Aceitar integralmente a presente escritura, todas as suas cláusulas e condições e anexos, aceitação essa que se traduz pela aposição da rubrica dos representantes do **AGENTE FIDUCIÁRIO**;
- d) Estar ciente da Circular nº 1.832 de 31.10.90 do Banco Central do Brasil;

A **EMISSORA** também declara não ter qualquer ligação com o **AGENTE FIDUCIÁRIO** que impeça a este exercer, plenamente, suas funções.

### 2. Remuneração

Será devido ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- a) Parcelas semestrais de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) durante a construção do Empreendimento, vencíveis em 01/04 e 01/10 de cada ano, sendo a primeira em

01/1996. Após a conclusão da construção do Empreendimento, as parcelas serão reduzidas para o valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) por semestre, desde o primeiro vencimento semestral após a conclusão da construção e até o vencimento da emissão, calculada de forma "pro-rata temporis" pelo tempo de vigência da emissão;

b) 01 parcela de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), vencível 05 dias após a assinatura da escritura de emissão, a título de implantação do serviço;

c) Na existência de Assembléia de Debenturistas, ou reunião formal em que se faça necessária a presença do Agente Fiduciário, este fará jus a uma remuneração adicional equivalente a R\$ 2.000,00 (dois mil reais), devido na data de sua realização.

d) As parcelas dos itens "a)", "b)" e "c)" serão atualizadas pela variação acumulada do IGPM, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo mesmo índice de atualização da Base de Remuneração da debênture, a partir de 01/07/96 até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculadas "pro-rata" dia se necessário.

e) As remunerações não incluem as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, inclusive durante a implantação, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

f) Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias.

g) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas na escritura de emissão;

h) As remunerações serão acrescidas do ISS (Imposto sobre Serviços).

### 3. Substituição

As condições de substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** serão as previstas nos artigos 1º a 6º da Instrução CVM nº 28/83 e disposições contidas nos artigos 66 e 67 da Lei nº 6.404/76.

### 4. Deveres e Atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO

Os deveres e atribuições do Agente Fiduciário são os previstos no artigo 68 da Lei nº 6.404/76 e artigo 12 da Instrução CVM nº 28/83.



## **5. Despesas do AGENTE FIDUCIÁRIO**

A **EMISSORA** ressarcirá o **AGENTE FIDUCIÁRIO** de todas as despesas efetivamente indispensáveis em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O ressarcimento, a que se refere este item, será efetuado em até 05 (cinco) dias após a entrega à **EMISSORA** dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das debêntures.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, as seguintes:

- a) Publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) Extração de certidões;
- c) Locomoções entre Estados da Federação, e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O crédito do **AGENTE FIDUCIÁRIO** por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, ou tenham sido saldados na forma do parágrafo primeiro, será acrescido à d: **EMISSORA** e gozará das mesmas garantias das debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que **AGENTE FIDUCIÁRIO** venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela **EMISSORA**. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custos judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas.

## **VII - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS**

A Assembleia de Debenturistas aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei nº 6.404/76, sendo que as modificações nas condições das debêntures deverão ser aprovadas por debenturistas que representem metade no mínimo das debêntures em circulação.

## **VIII - DO FORO**

O Foro da presente Escritura será o da Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura.

E por estarem justos e contratados, assinam a presente em 05 (cinco) vias de igual teor e forma e para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também a assinam.

2. 4. 1